



4º Simulado

Regular de Procuradorias

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é regular de Procuradoria.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-04-09-21>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

01. Acerca do Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- a) Constatadas ilegalidades no ato concessivo inicial de aposentadoria, o Tribunal, necessariamente, deverá negar registro ao ato, por ilícito.
- b) Nos processos de auditoria realizados pelo Tribunal, desde que constatada pertinência fático e jurídica, admite-se a intervenção de terceiros.
- c) O Tribunal, embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos, tem competência para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.
- d) A previsão de repasse automático de recursos de um Fundo para Estados e Municípios, se desvinculado da celebração prévia de convênio, ajuste, acordo ou contrato, afasta a competência fiscalizatória do Tribunal de Contas.
- e) As decisões das cortes de contas, no exercício de sua competência constitucional, não possuem teor de coercibilidade.

02. Quanto à atuação do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de multa imposta por tribunal de contas estadual a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança somente pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação do tribunal de contas.
- b) Ao contrário do quanto aplicável ao poder judiciário, a Corte de Contas não possui iniciativa para desencadear o processo legislativo que vise alterar sua organização e funcionamento.
- c) Os tribunais de contas são órgãos delegatários do poder legislativo, a ele se achando subordinados, por vínculo de ordem hierárquica.

d) A qualificação profissional formal é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual.

e) O Ministério Público junto ao TCU dispõe de fisionomia institucional própria.

03. Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, assinale a alternativa incorreta:

- a) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular quando mais da metade dos membros do tribunal de origem estiverem impedidos ou forem direta ou indiretamente interessados no julgamento.
- b) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular visando à anulação de ato do Conselho Nacional de Justiça que concede auxílio-moradia diferenciado a seus membros que são juízes de primeira instância.
- c) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular quando tratar sobre conflito entre União e Estados.
- d) O STF não terá competência originária para processar e julgar ação popular quando tratar sobre conflito entre União e Municípios.
- e) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular quando tratar sobre conflito entre União e o Distrito Federal.

04. Conforme a Constituição Federal e jurisprudência aplicável, julgue os itens a seguir:

I. A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da federação diverso.

II. A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade.

III. O Analfabeto é inelegível, mas alistável.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas os itens.

05. Acerca do tema Controle de Constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

I. As decisões do STF que reconheçam a inconstitucionalidade de uma lei pela via incidental adquiriram eficácia erga omnes quando o seando for comunicado para, discricionariamente, suspender a execução da lei.

II. De acordo com a teoria da transcendência, além do dispositivo, também são vinculantes os motivos determinantes da decisão e as considerações indispensáveis para a resolução da controvérsia.

III. Segundo o STF, a arguição de descumprimento de preceito fundamental é, via de regra, meio inidôneo para processar questões controvertidas derivadas de normas secundárias e de caráter tipicamente regulamentar.

Estão corretos, apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e II.

06. Acerca do regime remuneratório constitucional, correto afirmar que:

a) Quando permitida a cumulação de cargos, o teto remuneratório será determinada pelo somatório dos valores percebidos.

b) Para a cumulação de cargos na área da saúde, basta que exista compatibilidade de horários.

c) A cumulação de cargos privativos de profissionais da saúde será possível ainda que superado o limite de carga horária admitido pelo ente federado, desde que se demonstra a compatibilidade de horários no caso concreto.

d) Acaso não encaminhado projeto de lei para proceder à revisão geral anual prevista na CF/88, o servidor público fará jus à indenização.

e) A revisão de questões de concurso público pelo poder judiciário não se sujeita à limites materiais ou formais.

07. Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir:

I. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais impõe a sua observância desses direitos nas relações jurídicas estabelecidas entre particulares, pelo que se mostra possível, por exemplo, a revisão judicial da exclusão de associado dos quadros de associação privada, quando em violação direito individual previsto na Constituição Federal.

II. De acordo com a teoria da eficácia direta, os direitos fundamentais devem ser aplicados às relações particulares, ainda que desprovidos de regulamentação legislativa.

III. De acordo com a teoria da eficácia indireta, os direitos fundamentais devem ser analisados do ponto de vista de sua dimensão proibitiva e positiva.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

08. Acerca das alterações introduzidas pela EC 103/2019, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ainda que decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.
- b) Não será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.
- c) Não será admitida a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares de que trata a Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.
- d) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas apenas as pensões decorrentes do exercício do magistério.
- e) Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

09. Acerca do Processo Legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República, ao vetar uma lei, pode fazê-lo por razões de constitucionalidade.
- b) Os projetos de lei, para aprovação, deverão satisfazer ao quórum de votação exigido para a espécie legislativa em votação no plenário de cada casa.
- c) Em que pese os projetos de lei sejam, também, votados perante as comissões, não há hipótese de dispensa de votação no plenário de cada casa.
- d) A sanção parcial do projeto de lei, com omissão quanto ao resto do texto normativo, implicará em veto parcial.

e) Aprovado o projeto de lei, o presidente terá o prazo de 15 dias para sancioná-lo, após o que, considerar-se-à vetado.

10. Acerca do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) coloca em movimento a chamada jurisdição constitucional orgânica, tutelando a validade da lei e de atos normativos.
- b) A norma declarada inconstitucional pelo STF no processo objetivo não é suscetível de revogação pelo Congresso Nacional.
- c) A decisão proferida em ADI produzirá efeitos contra todos e eficácia erga omnes.
- d) É cabível ADPF em face de norma revogada ou cujos efeitos já tenham se esgotados.
- e) A rejeição da ADI, pelo STF, não implica no reconhecimento da constitucionalidade da norma impugnada.

11. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. No processo legislativo, a votação por maioria absoluta exige aprovação pela metade dos votantes, mais um, conforme, com precisão, indica a expressão “metade mais um”.
- II. A utilização de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário somente será admitida nos casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- III. A medida provisória, porque possui força de lei e eficácia imediata a partir de sua publicação, não pode ser “retirada” pelo Presidente da República à apreciação do Congresso Nacional.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) II.

12. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Conforme a CF/88, o STF é competente originariamente para julgar as lides em que há, de um lado, Estado e, do outro lado, a União.

II. A execução de dívida de IPTU de Estado Estrangeiro deve ser promovida perante a justiça federal de primeiro grau.

III. Os Tribunais Regionais Federais, ao realizar o controle judicial abstrato de constitucionalidade, devem respeitar a regra da reserva de plenário.

Estão corretas apenas os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - As empresas estatais prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes a terceiros, enquanto as exploradoras de atividade econômica respondem subjetivamente nos mesmos casos.

II - As empresas estatais, por possuírem bens de caráter privado, não podem pagar os seus débitos decorrentes de decisões judiciais por meio de precatórios.

III - Por se tratar de pessoa jurídica de direito privado, as empresas estatais não se submetem ao controle dos Tribunais de Contas.

IV - O controle exercido pelos Tribunais de Contas sobre as empresas estatais é pleno, incluindo as atividades relacionadas aos seus objetivos.

- a) I e II estão corretas.
- b) I e III estão incorretas.
- c) Somente a III está incorreta.
- d) I e IV estão corretas.

e) II, III e IV estão incorretas.

14. Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca dos princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a atividade administrativa, julgue os itens a seguir.

I Em obediência ao princípio da legalidade, a vedação à prática do nepotismo no âmbito da administração pública é condicionada à edição de lei formal.

II O princípio da consensualidade permite a participação popular no processo decisório e na elaboração de normas pela Administração Pública, garantindo uma legitimidade reforçada ao Poder Público.

III O STF entendeu legítima a publicação em sítio eletrônico da Administração Pública dos vencimentos dos servidores e dos respectivos nomes, preservando-se os dados pessoais tal como o CPF.

IV A possibilidade de vinculação do conteúdo da divulgação com o partido político a que pertença o titular do cargo público mancha o princípio da impessoalidade e desnatura o caráter educativo, informativo ou de orientação que constam do comando posto pelo constituinte dos oitenta

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

15. Sobre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a lei 13.019/2016, assinale a alternativa incorreta.

a) Não se aplicam as exigências da Lei às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições específicas dos tratados, acordos e convenções internacionais conflitam com esta Lei.

b) Não se aplicam as exigências da Lei aos contratos de gestão celebrados com as Organizações Sociais e aos termos de parceria celebrados com as Organizações da Sociedade Civil para o Interesse Público.

c) A qualificação como Organização da Sociedade Civil depende de ato motivado e vinculado do Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Municipal da pasta correspondente à atividade da organização.

d) Termo de colaboração é instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

e) Acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

16. Em relação aos poderes da administração pública, assinale a alternativa correta.

a) O poder de polícia é exercido exclusivamente de forma preventiva, de maneira a evitar que haja lesão ao interesse público.

b) As guardas municipais não podem receber delegação do poder de polícia, haja vista que suas atribuições estão restritas àquelas previstas no art. 144, §8º, CF.

c) São inconstitucionais os regulamentos editados pela ANVISA que proibiam a fabricação, importação e comercialização, no país de determinados produtos, haja vista que somente

a lei pode estabelecer restrições à liberdade individual.

d) Nas hipóteses de decretação de estado de defesa ou de estado de sítio o poder de polícia da Administração Pública é ampliado.

e) Há exercício do poder de polícia quando a Administração Pública aplica sanções a alunos matriculados na rede pública.

17. De acordo com a doutrina administrativista, são atributos dos atos administrativos

a) o sujeito, o objeto e a tipicidade.

b) a presunção de legitimidade, a imperatividade, a autoexecutoriedade e a tipicidade.

c) a autoexecutoriedade, a tipicidade e a finalidade.

d) a imperatividade, a finalidade e a presunção de legitimidade.

e) a finalidade, o sujeito e o objeto.

18. Nos termos da Lei 14.133/2021, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo

a) salvo o de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

b) salvo apenas o de pequenas compras, vedado para prestação de serviços, de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

c) salvo o de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), feitas em regime de adiantamento.

d) salvo apenas o de pequenos serviços de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

e) salvo o de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

19. Sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP), assinale a alternativa incorreta

- a) A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, atendidos os requisitos legais.
- b) É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
- c) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, vedada a prorrogação.
- d) O sistema de registro de preços poderá ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- e) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

20. Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A delegação de serviços de transporte público coletivo sempre pressupõe licitação.
- b) A interrupção do serviço por inadimplemento do usuário não poderá iniciar-se no sábado ou no domingo, nem em feriado.
- c) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica, por inadimplemento do usuário, ainda que em razão de débito irrisório.
- d) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- e) O STJ já decidiu ser inaplicável o CDC aos serviços públicos de saúde prestados por hospitais públicos, tendo em vista a ausência de remuneração específica pelos usuários.

21. Acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.

b) Os servidores irregularmente efetivados por lei complementar e submetidos ao regime estatutário, declarada posteriormente inconstitucional pelo STF, têm direito aos depósitos no FGTS referentes ao período irregular de serviço prestado.

c) Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo) não estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses de má-fé.

d) O prazo para pleitear a nomeação em cargo público por motivo de preterição da ordem de classificação é até o final do prazo de validade do concurso público, sendo improcedente pedido de nomeação, neste caso, se o concurso público se encontra com o prazo de validade expirado antes do ajuizamento da ação.

e) É constitucional a lei estadual que preveja o pagamento de gratificação para servidores que já recebem pelo regime de subsídio quando eles realizarem atividades que extrapolam as funções próprias e normais do cargo.

22. Acerca da lei 12.846/2013 (lei anticorrupção), assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade das pessoas jurídicas por atos contra a Administração Pública, nos termos da lei 12.846/2013, depende de dolo ou culpa dos seus sócios.
- b) Embora estabeleça um regime rigoroso de punições cível e administrativa para pessoas jurídicas por atos contra a Administração Pública, não é possível a punição de sociedades não personificadas, por não serem sujeitos de direitos e obrigações.
- c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício exclusivo.
- d) A lei 12.846/2013 aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.
- e) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica não poderá ser delegada.

23. As terras devolutas são

a) Terras devolutas são as áreas que não são utilizadas para quaisquer finalidades públicas específicas, não integram, a qualquer título, o domínio privado e pertencem, em regra, aos Estados.

b) as áreas banhadas pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, em sua foz, que se estendem até a distância de 33 metros para a área terrestre, contados da linha do preamar médio de 1831.

c) as áreas de 150 km de largura que corre paralelamente à linha demarcatória entre o território nacional e países estrangeiros que fazem fronteira com o Brasil.

d) Terras devolutas são aquelas que não possuem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado e pertencem, em regra, aos municípios.

e) São as que, banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias (art. 14 do Código de Águas – Decreto 24.643/34 e art. 4º do Decreto-lei 9.760/46).

24. Sobre desapropriação, é correto afirmar

I - A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

II - As dívidas fiscais serão deduzidas dos valores depositados, ainda que não estejam inscritas e ajuizadas.

III - A avaliação do bem expropriado deve levar em conta as condições mercadológicas existentes à época da avaliação.

IV - A indenização referente à cobertura vegetal deve ser calculada em separado do valor da terra nua quando comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo expropriatório.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão incorretas.

c) Somente a III está incorreta.

d) I e IV estão corretas.

e) II, III e IV estão incorretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. Analise as assertivas seguintes sobre tributos, suas espécies e os princípios constitucionais tributários.

I. as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas vão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

II. o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários não incide sobre os saques efetuados em cadernetas de poupança.

III. sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

IV. é inadmissível a União conceder incentivos fiscais que não sejam uniformes em todo o território nacional, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

a) I e II

b) II e III

c) I, II e IV

d) I, III e IV

e) I, II e III

26. Sobre os tributos e suas espécies, julgue as seguintes afirmações:

I. Os tributos, nas suas diversas espécies, compõem o Sistema Constitucional Tributário brasileiro e o tributo encontra a sua definição no artigo 3º do CTN, conceito legal que se resume, em termos jurídicos, no constituir ele uma obrigação que a lei impõe às pessoas, de entrega de uma certa importância em dinheiro ao Estado.

II. As obrigações são voluntárias ou legais, sendo as primeiras decorrentes da vontade das partes, assim, do contrato, e as legais resultantes da lei, por isso denominadas obrigações *ex lege* e encontradas tanto no direito público quanto no direito privado, a exemplo da obrigação tributária, de natureza *ex lege*, a mais importante do direito público, que nasce de um fato qualquer da vida concreta, que antes havia sido qualificado pela lei como apto a determinar o seu nascimento.

III. As diversas espécies tributárias, determinadas pela hipótese de incidência ou pelo fato gerador da respectiva obrigação são os impostos, as taxas, as contribuições (de melhoria, sociais, que, por sua vez, podem ser de seguridade social e salário educação e as especiais de intervenção no domínio econômico ou de interesse de categorias profissionais ou econômicas, além dos empréstimos compulsórios).

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode-se considerar que:

- a) estão corretos os itens I e II.
- b) estão corretos os itens I e III.
- c) estão corretos os itens II e III.
- d) nenhum dos itens está correto.
- e) todos os itens estão corretos.

27. O Senado Federal tem importante papel na fixação de alíquotas mínimas e máximas de certos impostos previstos na Constituição Federal. Sobre o tema em comento, analise as alternativas abaixo e ao final assinale a opção correta:

I. O ISS terá alíquotas mínimas e máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.

II. O IPVA terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

III. O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

IV. Quanto ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros,

V. Cabe ao Senado Federal fixar alíquotas mínimas do ITCMD.

São corretos:

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) I, II e III
- d) I, IV e V
- e) III e IV

28. A respeito do tratamento constitucional das imunidades e das normas gerais sobre isenções estabelecidas no Código Tributário Nacional é lícito afirmar que:

a) As entidades de assistência social sem fins lucrativos que atendam aos requisitos legais para a imunidade tributária não estão obrigadas à retenção de imposto de renda na fonte sobre os pagamentos de salários a funcionários.

b) Ao promitente comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia estende-se a vedação a que União, Estados, Distrito Federal e Municípios tributem o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.

c) A imunidade não se estende a encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos, que têm exclusiva índole comercial e não podem ser considerados como destinados à cultura e à educação.

e) Em decorrência do disposto no artigo 178 do CTN, as isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser livremente suprimidas.

e) A Constituição Federal, sem nenhuma exceção, veda expressamente que União possa instituir qualquer espécie de isenção sobre tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

29. Ao lavrar um auto de infração e imposição de multa, um auditor estadual de tributos observa que uma nova lei, posterior ao fato gerador, reduziu a alíquota do imposto objeto da exação, bem como a penalidade pecuniária relativa à infração cometida pelo sujeito passivo. Nesse caso, em cumprimento ao princípio da irretroatividade da norma tributária, o fiscal deverá cobrar:

- a) A multa vigente à época do fato gerador.
- b) O imposto e a multa vigentes à época do fato gerador.
- c) O imposto vigente na data da lavratura do auto de infração.
- d) O imposto e a multa vigentes na data da lavratura do auto de infração.
- e) O imposto vigente à época do fato gerador.

30. Analise os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. Os Estados deverão entregar aos Municípios em que estiverem domiciliados os proprietários de veículos ou os seus possuidores a qualquer título, 50% da arrecadação do IPVA incidente sobre esses veículos.

II. Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção pelo Município, na forma da lei, por fiscalizar e cobrar o referido imposto, desde que não implique em sua redução ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. Nesta hipótese ocorrerá a delegação da competência tributária, da União para o Município.

III. No âmbito tributário, tanto a União, como os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência tributária concorrente para a instituição de taxas.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Estão corretos os itens I e III.
- e) Estão corretos os itens II e III.

31. Segundo o Princípio da Estrita Legalidade (ou da Tipicidade Cerrada) previsto no artigo 97 do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa abaixo que contempla um assunto não reservado à lei em sentido estrito:

- a) A instituição de tributo.
- b) A extinção de tributo.
- c) A cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
- d) As hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.
- e) A fixação do prazo de recolhimento de determinado tributo.

32. Na ausência de disposição normativa expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade. Sobre o tema da Interpretação e integração da legislação tributária assinale a opção que traz a alternativa correta à luz do Código Tributário Nacional:

- a) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- b) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- c) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- d) Lei tributária pode alterar definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- e) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias principais.

33. Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, analise as seguintes afirmações sobre obrigação tributária, solidariedade e responsabilidade tributária:

I. O ente federado competente pode autuar o contribuinte pelo descumprimento de obrigação acessória consistente na exigência de nota fiscal para deslocamento de bens do ativo imobilizado e de bens de uso e consumo entre estabelecimentos da mesma instituição financeira, operação que, em tese, não caracteriza hipótese de incidência do ICMS.

II. Não são pessoas naturais com interesse comum na situação que constitui o fato gerador o tomador e o prestador de serviços de mão-de-obra na construção civil em relação à contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração do vínculo.

III. A responsabilidade tributária do sucessor abrange, além dos tributos devidos pelo sucedido, as multas moratórias ou punitivas, que, por representarem dívida de valor, acompanham o passivo do patrimônio adquirido pelo sucessor, desde que seu fato gerador tenha ocorrido até a data da sucessão.

IV. O redirecionamento da execução fiscal aos sócios gerentes, no caso de dissolução irregular da sociedade empresária, independe da verificação de quem ocupava o posto de gerente no momento da dissolução e da verificação de que aquele responsável pela dissolução tenha sido também, simultaneamente, o detentor da gerência na oportunidade do vencimento do tributo.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

- a) I e II
- b) III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV
- e) I, II e III.

34. Acerca dos sujeitos na relação tributária, assinale a opção correta.

a) No polo ativo da relação tributária deve figurar uma pessoa jurídica de direito privado.

b) O polo passivo da relação tributária pode ser integrado pelo "contribuinte de fato", haja vista possuir relação pessoal e direta com o fato gerador da obrigação.

c) Na hipótese de delegação da capacidade tributária ativa (funções de arrecadar ou fiscalizar tributos), remanesce a solidariedade entre a pessoa jurídica de direito público delegante e a pessoa jurídica de direito público delegada.

d) Na solidariedade tributária passiva, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.

e) Tem-se a solidariedade tributária passiva entre as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, que não comporta benefício de ordem.

35. Um auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, ao constatar a ocorrência de fato gerador de ICMS sem que tal fato fosse reportado ao Fisco, lavrou o auto de infração e imposição de multa - AIIM, constituindo o crédito tributário face ao contribuinte em questão, contendo a exigência do principal (ICMS), juros e multa punitiva. O contribuinte autuado recebeu cópia do AIIM e de todos os documentos que o instruí. A propósito, a notificação da lavratura do AIIM deu-se de forma pessoal, junto a procurador com poderes para tanto, ou seja, deu-se a regular notificação do sujeito passivo.

Segundo o CTN, quais dos itens abaixo representam hipóteses de possibilidade de alteração do lançamento tributário?

I. defesa no contencioso administrativo apresentada pelo contribuinte autuado.

II. recurso de ofício para a segunda instância administrativa, caso haja decisão de primeira instância administrativa que reduza o crédito tributário.

III. iniciativa de ofício do auditor fiscal autuante, caso note que o prazo prescricional do lançamento já decorreu.

IV. iniciativa do próprio auditor fiscal autuante, após o decurso do prazo de defesa administrativa sem que tenha havido a impugnação pelo autuado, caso note que apurou a quantia de ICMS a ser pago em montante superior ao devido nas operações fiscalizadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II, III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

36. Analise os itens a seguir e assinale a opção correta, com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

I. A remissão de juros de mora insertos dentro da composição do crédito tributário enseja o resgate de juros remuneratórios incidentes sobre o depósito judicial feito para suspender a exigibilidade desse mesmo crédito tributário.

II. A inscrição do crédito tributário em dívida ativa interrompe a prescrição e é considerada seu *dies quo* na contagem do prazo prescricional.

III. Em casos excepcionais, lei estadual poderá disciplinar um benefício fiscal do ICMS unilateralmente sem a celebração de prévio convênio entre os Estados-membros e o Distrito Federal para a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Estão corretos os itens I e III.
- e) Não há itens corretos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

37. Segundo o Código de Processo Civil, a reclamação

- a) possui natureza de direito de petição.
- b) admite produção de provas em seu procedimento.
- c) impõe, em seu procedimento, a notificação do beneficiário da decisão impugnada, para prestar informações.
- d) em seu procedimento, prevê que, se não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 15 (quinze) dias.
- e) é inadmissível após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

38. Considere as assertivas a seguir sobre o mandado de segurança.

I. o mandado de segurança pode ser substitutivo de ação de cobrança.

II. é admitida a condenação de honorários advocatícios.

III. concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

IV. segundo a teoria da encampação, não há necessidade de existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) III e IV.

39. A respeito das causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, conforme entendimento do STF, é possível afirmar, EXCETO:

- a) Se a ANATEL for litisconsorte passiva necessária compete à Justiça Federal julgar.
- b) Se a ANATEL for assistente compete à Justiça Estadual julgar.
- c) Se a ANATEL for oponente compete à Justiça Federal julgar.
- d) A ANATEL pode intervir como terceiro nessas ações.
- e) Se a ANATEL for ré compete à Justiça Federal julgar.

40. Na interpretação do STJ a Câmara de Vereadores

- a) possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender qualquer interesse.
- b) possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- c) possui personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender qualquer interesse.
- d) possui personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- e) Não possui personalidade jurídica, tampouco personalidade judiciária.

41. Sobre a multa cominatória, é correto afirmar.

- a) É cabível multa cominatória para impelir provedor de acesso à internet ao fornecimento de dados para identificação de usuário.
- b) Não é permitida a imposição de multa diária (astreinte) a ente público para compeli-lo a fornecer medicamento a pessoa desprovida de recursos financeiros.
- c) O destinatário da astreinte é o fundo criado pelo judiciário.
- d) O juiz poderá modificar o valor ou periodicidade da multa somente por requerimento da parte.

e) A multa será devida a partir da data da sentença, ainda que tenha sido descumprida anteriormente.

42. Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, nos casos de julgamento de repetitivos, é correto afirmar

- a) Se for pedido prosseguimento do processo, caberá ao relator se o processo estiver sobrestado em primeiro grau.
- b) O requerimento será dirigido ao relator, no tribunal superior, de recurso especial ou de recurso extraordinário cujo processamento houver sido sobrestado.
- c) Da decisão que decidir sobre a distinção caberá somente agravo interno.
- d) A outra parte não será ouvida pelo juízo sobre o requerimento de prosseguimento do processo.
- e) A distinção é medida excepcional, cuja decisão depende de produção de prova.

43. Assinale a alternativa que não traz uma hipótese de recurso no CPC.

- a) Agravo interno.
- b) Embargos de declaração.
- c) Embargos de divergência.
- d) Recurso ordinário.
- e) Agravo de petição.

44. Em razão de um acidente de veículos, o Sr. João moveu uma ação de reparação de danos em face do Sr. Roberto. Para julgar a causa compete o foro

- a) somente de domicílio do Sr. Roberto.
- b) de domicílio do Sr. João ou do local do fato.
- c) somente de domicílio do Sr. João.
- d) somente do local do fato;
- e) de domicílio do Sr. Roberto ou do local do fato.

45. É título executivo judicial, EXCETO:

- a) a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça;
- b) a sentença arbitral.
- c) a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) sentença penal condenatória transitada em julgado.
- e) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

46. Em relação à ação rescisória,

- a) não é cabível contra decisão que decreta falência.
- b) não é cabível contra decisão do Presidente do Tribunal proferida em suspensão de liminar.
- c) o Ministério Público pode ajuizá-la apenas se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- d) não admite concessão de tutela provisória.
- e) seu objeto deve abranger necessariamente a decisão meritória em sua integralidade, e no caso de violar manifestamente norma jurídica poderá ser objeto apenas 1 (um) capítulo.

47. Acerca da arguição de falsidade no CPC, assinale a alternativa correta.

- a) A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- b) Procederá ao exame pericial ainda que a parte que produziu o documento concorde em retirar o documento.
- c) A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá também a autoridade da coisa julgada.

d) A parte arguirá a falsidade expondo os motivos em que funda a sua pretensão, sendo prescindível a demonstração de como provará o alegado.

e) O exame pericial será anterior a oitiva da outra parte.

48. Sobre a intervenção do ente público em ações possessórias, assinale a alternativa correta.

a) As discussões sobre domínio da Fazenda Pública somente podem ser lastreadas em ações possessórias, quando for autor ou réu.

b) O ente público somente detém legitimidade para intervenção se provar que publicou ato administrativo para impedir esbulho ou turbação.

c) Pode alegar qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

d) Não possui legitimidade para promover intervenção incidental em ação possessória entre particulares.

e) Segundo o STJ, não é possível o ente público alegar domínio, por incompatibilidade com as ações possessórias.

**ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL
CIVIL APLICADOS À FAZENDA
PÚBLICA**

Igor Maciel

49. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da execução fiscal, assinale a alternativa correta:

- a) A execução fiscal pode ser redirecionada em desfavor da empresa sucessora para cobrança de crédito tributário relativo a fato gerador ocorrido posteriormente à incorporação empresarial e ainda lançado em nome da sucedida, sem a necessidade de modificação da Certidão de Dívida Ativa, quando verificado que esse negócio jurídico não foi informado oportunamente ao fisco.
- b) Em execução fiscal, a conversão do depósito em renda ou o levantamento da garantia é possível antes do trânsito em julgado.
- c) Quando a demanda administrativa versar sobre objeto maior ao da ação judicial, ocorre a renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e a desistência do recurso interposto.
- d) Não é possível a utilização do seguro garantia judicial como caução em execução fiscal.
- e) O depósito integral do débito tributário para garantia do juízo não afasta a incidência dos juros de mora a partir da data em que foi efetivado.

50. Assinale a alternativa correta em relação ao Sistema Constitucional de Precatórios:

- a) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício corrente, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- b) O credor poderá ceder parcialmente seus créditos em precatórios a terceiros, caso haja concordância do devedor.
- c) É permitida a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, porém é vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para

fins de enquadramento de parcela do total ao “pequeno valor”.

d) A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

e) As definições de “pequeno valor” poderão ser fixadas, por leis próprias, em valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao dobro do valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

51. Em relação à desapropriação e levando em consideração o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.365/1942, assinale a alternativa correta:

- a) A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Prefeito ou Congresso Nacional.
- b) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio da força nacional.
- c) O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.
- d) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de três anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este prescreverá.
- e) O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização. A notificação conterá informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 dias e de que o silêncio será considerado aceitação.

52. No tocante às ações de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) Na ação direta de inconstitucionalidade, decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de 5 dias.

b) Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de 5 dias.

c) Admite-se a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

d) Cabe apelação da decisão que indeferir a petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade.

e) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição agravo de instrumento, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.

53. Sobre a Lei nº 7.347/1985 e a Ação Civil Pública, assinale a alternativa correta:

a) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Chefe do Executivo para as providências cabíveis.

b) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

c) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 10 dias.

d) O juiz deverá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

e) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, ainda que o pedido seja julgado improcedente por insuficiência de provas.

54. No que se refere ao instituto da reconvenção, no processo civil, assinale a alternativa correta acerca das proposições abaixo:

() Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

() Proposta a reconvenção, o autor será citado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

() Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

a) V, V, V

b) F, V, V

c) V, F, V

d) V, F, F

e) F, F, V

55. Em relação à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa que apresenta o entendimento jurisprudencial correto, segundo o Supremo Tribunal Federal:

a) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo também parte legítima para a ação o autor do ato, e assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

b) É constitucional lei estadual que preveja o pagamento de pensão especial a ser concedida pelo Governo do Estado em benefício dos cônjuges de pessoas vítimas de crimes hediondos, independentemente de o autor do crime ser ou não agente do Estado.

c) Não é responsabilidade do Estado a obrigação de ressarcir os danos morais causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

d) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e a conduta praticada.

e) O Estado possui responsabilidade civil direta e primária pelos danos que tabeliães e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

56. Acerca do habeas data e levando em consideração as disposições da Lei nº 9.507/1997, assinale a alternativa correta:

a) Do despacho de indeferimento caberá recurso de agravo de instrumento.

b) Quando a sentença conceder o habeas data, o recurso terá efeito suspensivo.

c) O julgamento do habeas data compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal, contra atos de Ministro de Estado.

d) O pedido de habeas data poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito

e) A petição inicial deverá ser instruída com prova, dentre outras, da recusa em fazer-se a retificação ou do decurso de quinze dias, sem decisão.

57. Em relação à contestação, julgue as disposições abaixo:

I – Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

II – Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

III – Realizada a substituição do réu na contestação, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre um e três por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa.

IV – Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

Estão corretas:

a) I e II, somente.

b) I, II e III.

c) I, III e IV.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

58. Assinale a alternativa correta em relação às Súmulas dos Tribunais Superiores:

a) Em ações de execução fiscal, é necessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito,

b) É necessária prévia autorização do Governador para desapropriação, pelos Estados, de empresa de energia elétrica.

c) A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência dos Municípios.

d) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

e) Verificados os pressupostos legais para o licenciamento da obra, não o impede a declaração de utilidade pública para desapropriação do imóvel, mas o valor da obra não se incluirá na indenização, quando a desapropriação for efetivada.

59. Acerca da tutela provisória, assinale a alternativa correta:

a) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

b) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) A tutela de urgência de natureza antecipada pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito

d) Para a concessão da tutela de evidência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

e) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, ainda que o motivo do indeferimento seja o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

60. No tocante à Reclamação Constitucional, assinale a alternativa correta:

a) Caberá reclamação para, dentre outros, garantir a observância de enunciado de súmula de tribunal superior e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.

b) A reclamação deverá ser instruída com prova documental e testemunhal e dirigida ao presidente do tribunal.

c) Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

d) A reclamação deve ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.

e) Caberá reclamação para, dentre outros, garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de assunção de competência.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Arquimedes sofreu um acidente vascular cerebral logo após completar 22 anos. Como seqüela do AVC, Arquimedes perdeu o movimento do lado esquerdo do corpo, além de ter ficado com sequelas que prejudicam a sua visão e a sua fala. Em razão disso:

a) não poderá se casar;

b) será considerado absolutamente incapaz;

c) será considerado relativamente incapaz;

d) será considerado plenamente capaz para os atos da vida civil;

e) poderá exercer os atos da vida civil, desde que por meio de tomadas de decisão apoiada.

62. Não é causa de interrupção da prescrição:

a) o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

b) o protesto cambial;

c) a notificação extrajudicial feita meses após protesto cambial anterior;

d) a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;

e) o ato judicial que constitua em mora o devedor.

63. Armando avisou a alguns familiares que iria viajar para o Panamá para curtir um pouco as suas férias. Em uma viagem programada para durar 10 (dez) dias, Armando deixou de dar notícias a seus familiares sobre o que estava fazendo no seu dia a dia no Panamá no oitavo dia de viagem e, desde então, não mais retornou contato. Já preocupados, alguns familiares de Armando iniciam os procedimentos de busca por desaparecidos, tendo a ajuda da polícia local. Passam-se 05 (cinco) meses e não há sinais de Armando, seu telefone não chama, seus pertences ficaram em no quarto de hotel em que se hospedou e mais nada se sabe sobre ele. Nessa situação, se Armando tiver deixado representante ou procurador em sua cidade natal, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão em:

- a) um ano;
- b) dois anos;
- c) três anos;
- d) cinco anos;
- e) dez anos.

64. João Roberto era um rapaz muito famoso entre seus contemporâneos do colegial. Uma das razões de sua fama era seu belíssimo Opala metálico azul, que fazia a alegria de todos que passeavam nele. Muito namorador, acabou engravidando uma norueguesa, que retornou ao seu país e cuidou sozinha de Ozzy, seu filho.

Infelizmente, em uma disputa de corrida em Brasília, João Roberto faleceu nas ruas da Asa Sul. Considerando essa situação, é correto afirmar que:

- a) a sucessão por morte será regulada pela lei norueguesa, já que é o domicílio de Ozzy, herdeiro vivo;
- b) a lei brasileira não regulará a capacidade de Ozzy para suceder;
- c) a sucessão dos bens de João Roberto será regulada pela lei norueguesa, desde que esta seja mais vantajosa para Ozzy;
- d) a lei brasileira se aplicará exclusivamente aos bens imóveis do falecido;
- e) Ozzy não será considerado herdeiro porque foi criado na Noruega.

65. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

66. Pedro é sócio majoritário e administrador da empresa “Grãos e Crias”. Por receber todos os valores na conta da pessoa jurídica, está acostumado a realizar o pagamento de todos os seus boletos pessoais por meio da conta bancária da empresa. Com isso, prefere não fazer um pró-labore ou receber um repasse. Já com dois anos de existência e com essa prática reiterada, “Grãos e Crias” gera uma dívida considerável com seus credores, tornando-se inadimplente com todos eles. Mesmo assim, verifica-se que todas as contas pessoais de Pedro foram devidamente pagas, apesar de permanecerem os débitos com os fornecedores da pessoa jurídica. Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

- a) eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá alcançar exclusivamente bens e patrimônio da pessoa jurídica;
- b) eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá alcançar bens e patrimônio de Pedro desde o início, aplicando o julgador a desconconsideração da personalidade jurídica de ofício;

c) em eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam alcançados bens e patrimônio de Pedro, em razão da confusão patrimonial;

d) em eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam alcançados bens e patrimônio de Pedro, em razão do desvio de finalidade da pessoa jurídica;

e) apenas caberá a desconsideração da personalidade jurídica se ficar comprovado que Pedro agia de má-fé na gestão da empresa.

67. Fulano é credor de Hermes e Renato em relação a uma obrigação indivisível. Por força de contrato entre as partes, estabeleceu-se entre os devedores uma solidariedade passiva em benefício a Fulano.

Por uma infelicidade do destino, Hermes falece antes mesmo da obrigação ser cumprida, deixando seus filhos Adão e Eva como únicos herdeiros.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) Fulano apenas poderá cobrar o cumprimento da obrigação de Renato;

b) Fulano poderá cobrar dos herdeiros de Renato, mas apenas se o fizer conjuntamente;

c) Fulano poderá cobrar dos herdeiros de Renato, podendo, ainda, exigir o cumprimento total da obrigação exclusivamente de Adão;

d) em razão do falecimento de Hermes, a obrigação obrigatoriamente passa a ser divisível e quantificada em dinheiro, podendo ser cobrada equitativamente entre os devedores;

e) apesar de indivisível, a obrigação, caso cobrada diretamente a Adão, deverá ser cobrada de forma proporcional à sua cota como herdeiro de Hermes.

68. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública. Em relação a esse instituto, é incorreto afirmar que:

a) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção;

b) salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;

c) o evicto terá, desde que previsto no contrato, direito à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir;

d) as benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante;

e) não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa

69. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;

b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;

c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;

d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;

e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

70. Diferentemente do penhor, na hipoteca o devedor hipotecário não é desapossado do bem em favor do credor hipotecante. A hipoteca liga-se, ao contrário, a bem imóvel, atual, futuro ou condicionado, o que inclui os imóveis e os acessórios, o domínio direto, dentre outros. Quanto a esse instituto, não é situação de extinção da hipoteca:

- a) a extinção da obrigação principal;
- b) o perecimento da coisa;
- c) a assunção de dívida;
- d) a adjudicação;
- e) a remição.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. O afastamento de emprego por motivo de doença pelo prazo de dez dias se enquadra em qual instituto e suas especificidades?

- a) Interrupção do contrato de trabalho, sem pagamento de salários ao empregado, e o período será computado como tempo de serviço.
- b) Interrupção do contrato de trabalho, com pagamento de salários ao empregado, e o período será computado como tempo de serviço.
- c) Suspensão do contrato de trabalho, com pagamento de salários ao empregado, e cômputo do período como tempo de serviço.
- d) Suspensão do contrato de trabalho, sem pagamento de salários ao empregado, e o período será computado como tempo de serviço.
- e) Interrupção do contrato de trabalho, com pagamento de salários ao empregado, e sem cômputo do período como tempo de serviço.

72. Tício foi admitido em 01/04/2014 e, em 07/06/2020, foi demitido sem justa causa. Tício terá direito:

- a) a trinta dias de aviso prévio.
- b) a trinta e três dias de aviso prévio.
- c) a quarenta e cinco dias de aviso prévio.
- d) a quarenta e oito dias de aviso prévio.
- e) a cinquenta e um dias de aviso prévio.

73. Quanto aos sindicatos e à organização sindical, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços. A regra vale, inclusive, para os empregados que exerçam cargos no Sindicato mediante autorização da Assembleia Geral.
- b) O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal.
- c) Poderá ser reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, em uma dada base territorial, desde que no limite de até três para a mesma região.
- d) Dentro da base territorial que lhe for determinada, é obrigatório ao sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.
- e) Nenhuma das anteriores.

74. Assinale a alternativa CERTA:

- a) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de qualquer outra doença grave, de modo que, inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- b) Os contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988 são nulos, sem que se possa reconhecer qualquer direito ao trabalhador.
- c) Segundo o TST, na hipótese de uma relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo, não incidirá a multa pelo não pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação no prazo legal.
- d) A estabilidade provisória da empregada gestante começa a ser garantida a partir do momento em que a empregada comunique a sua gravidez ao empregador.
- e) Um frentista de um posto de gasolina que opere diretamente bomba de gasolina exerce uma atividade considerada perigosa.

75. No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
- b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- d) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o referido abono deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.
- e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

76. Conforme disposição na CLT sobre dano extrapatrimonial, é correto afirmar que

- a) não poderá ser pleiteada cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.
- b) a autoestima não é um bem jurídico tutelável.
- c) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido.
- d) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza leve, até duas vezes o último salário contratual do ofendido.
- e) se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização de ofensa de natureza gravíssima, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessôa

77. A sentença de liquidação trabalhista, cujo título judicial esteja fundado em ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, deve ser impugnada pelo devedor por meio de

- a) recurso ordinário.
- b) embargos infringentes.
- c) embargos à execução.
- d) correção parcial.
- e) agravo de instrumento.

78. No que diz respeito ao rito sumaríssimo, assinale a alternativa ERRADA.

- a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
- c) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo a Administração Pública direta, autárquica e fundacional possui prazo em dobro para recorrer.
- d) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- e) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

79. Quanto à sentença no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- a) a fundamentação da sentença faz coisa julgada material.
- b) o relatório da sentença faz coisa julgada material.
- c) a decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.
- d) em relação aos requisitos essenciais da sentença, em qualquer rito no processo do trabalho, é obrigatório o relatório, sob pena de nulidade da decisão.
- e) é dispensada, nas decisões cognitivas ou homologatórias, a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

80. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- b) São executados na Justiça do Trabalho as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
- c) No caso de ação coletiva em que sindicato atue como substituto processual na defesa de direitos individuais homogêneos, o entendimento do TST é de que o pagamento individualizado do crédito devido pela fazenda pública aos substituídos não afronta a proibição de fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento em pagamentos da obrigação como requisição de pequeno valor.
- d) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente.

e) Segundo o STF, o prazo de trinta dias para a fazenda pública embargar a execução é constitucional e não ofende os princípios da isonomia e do devido processo legal.

81. Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário decisão contrária à Fazenda Pública:

- a) fundada em súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) fundada em acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos.
- c) fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- d) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- e) nenhuma das anteriores.

82. No processo do trabalho, em relação ao depósito recursal, é correto afirmar que

- a) deve ser feito até o final do prazo do recurso quando se tratar de agravo de instrumento.
- b) será reduzido pela metade quando o recorrente for empregador doméstico
- c) será reduzido pela metade quando o recorrente for entidade filantrópica.
- d) não pode ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- e) excepcionalmente, será devido quando se tratar de sentença não condenatória.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. Acerca da política urbana, assinale a alternativa correta:

- a) O Estatuto da Cidade admite a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva do IPTU como instrumento da política urbana.
- b) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em dinheiro.
- c) Na usucapião especial de imóvel urbano, previsto no Estatuto da Cidade, o título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que estejam casados ou em regime de união estável.
- d) O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura particular registrada no cartório de registro de imóveis.
- e) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

84. Um empreendimento localizado nos estados de São Paulo e Minas Gerais deverá ser licenciado:

- a) Pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, conjuntamente.
- b) Pelo Estado que primeiro receber o pedido de licenciamento, ante o princípio da prevenção.
- c) Pela União.
- d) Pelos Municípios onde estiverem localizados o empreendimento, conjuntamente.
- e) Pelo Estado onde estiver localizada a sede do empreendimento.

85. A unidade de conservação que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico corresponde:

- a) Estação Ecológica.
- b) Parque Nacional.
- c) Área de Proteção Ambiental.
- d) Floresta Nacional.
- e) Reserva Extrativista.

86. Não está sujeito a outorga de direito de uso de recursos hídricos:

- a) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- b) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- c) Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- d) Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- e) Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

87. Não é modalidade de pagamento por serviço ambiental arrolada na Lei nº 14.119/2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais:

- a) Títulos verdes (green bonds).
- b) Compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação.
- c) Comodato.
- d) Pagamento direto, monetário ou não monetário.
- e) Dação em pagamento.

88. A prioridade número um na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos é:

- a) Reciclagem.
- b) Redução.
- c) Não geração.
- d) Tratamento dos resíduos sólidos.
- e) Reutilização.

89. Acerca do Código Florestal, assinale a alternativa correta:

- a) Regra geral, a área de reserva legal, em imóvel rural localizado fora da Amazônia Legal, será de, no mínimo, 35%.
- b) Tratando-se de área de preservação permanente, é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- c) Não se admite a exploração econômica dos recursos naturais da Reserva Legal, ante sua importância ambiental.
- d) O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, facultativo para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
- e) É obrigatória a provação do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS para a supressão de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo.

90. Sobre o meio ambiente, marque a alternativa correta:

- a) Seu conceito não inclui o meio ambiente cultural.
- b) É um bem de uso comum do povo, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- c) Não há bis in idem na dupla cobrança do usuário de recursos naturais que também polui o meio ambiente, pois os fundamentos da cobrança são diferentes: há a cobrança pela

degradação ambiental (poluidor-pagador) e há a cobrança pelo uso dos recursos naturais pertencentes a sociedade (usuário-pagador).

d) O princípio da liberdade econômica permite a exploração empresarial que exaure os recursos naturais para as gerações futuras.

e) É classificado como bem público de uso especial.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

91. Temos, no conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), o somatório de diversas receitas. Fazem parte do cálculo da RCL, Exceto:

- a) a receita tributária
- b) as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) a receita patrimonial;
- d) a receita decorrente de atividades industriais exploradas pelo ente público;
- e) as provenientes das atividades ou explorações agropecuária

92. Sobre o regime jurídicos dos precatórios, assinale a afirmativa correta.

- a) Os precatórios de natureza alimentar têm preferência sobre todos os demais, inclusive sobre qualquer precatório devido aos maiores de sessenta anos.
- b) O pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor não se submete ao regime de precatórios.
- c) Os precatórios de natureza alimentar podem ser fracionados para serem pagos como requisição de pequeno valor em casos excepcionais, a exemplo de maiores de 60 anos, desde que portadores de doença grave.
- d) constituem requisição, feita por juiz de primeiro grau, de verba necessária para o pagamento do crédito por motivo de decisão judicial.
- e) O credor não poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

93. De acordo com o disposto na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve contemplar:

- a) De forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
- b) Metas relativas aos programas de duração continuada.
- c) Um demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) Dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) As diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

94. Conforme a Lei federal n. 4.320/1964, o exercício financeiro

- a) compreende um período 360 dias.
- b) tem início no primeiro dia útil do ano civil e termina no último dia útil do ano civil.
- c) compreende um período 180 dias.
- d) coincide com o ano civil.
- e) tem início no primeiro dia útil do semestre e termina no último dia útil do mesmo semestre.

95. A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública por um breve e determinado período de tempo. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante:

- a) compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- b) será escriturada com individuação e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
- c) é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas

d) é decorrente decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

e) abrange valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

96. Vanessa constituiu, regularmente, sociedade unipessoal limitada destinada ao comércio de calçados. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Fernanda:

- a) não poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade.
- b) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que a primeira esteja em atividade há pelo menos cinco anos.
- c) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que se destine a outro ramo de negócio.
- d) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, já que a legislação atual não prevê restrições para essa espécie.
- e) não poderá figurar em empresa de tal modalidade, já que tal modalidade segue os parâmetros das disposições, já revogadas, sobre EIRELI.

97. Assinale a opção que indica o sobrevalor dado ao estabelecimento em vista de sua boa administração e organização de seus bens, que não se confunde com os bens imateriais propriamente ditos e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) ponto empresarial
- e) sede aviamentária

98. Nos termos da Lei de Falências, os créditos extraconcursais incluem o(a)

- a) Crédito trabalhista no valor de até cem salários mínimos.
- b) Créditos com direito de retenção atribuído por lei sobre a coisa dada em garantia.
- c) Obrigações trabalhistas constituídas após a decretação da quebra.
- d) multa contratual e a pena pecuniária.
- e) crédito subordinado dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício.

99. De acordo com o Código Civil, é característica das sociedades cooperativas, EXCETO

- a) o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- b) a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.
- c) a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.
- d) a impossibilidade, aliada à invariabilidade, de dispensa do capital social.
- e) a variabilidade do capital social.

100. À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito do Empresário Individual.

- a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) é obrigatório o uso da firma na composição do nome empresarial.
- c) A formação dessas empresas não poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.
- d) As regras previstas para sociedade limitada unipessoal devem ser aplicadas subsidiariamente.
- e) As regras previstas para sociedade simples devem ser aplicadas subsidiariamente.

Preencha o Gabarito!



Estratégia
Carreira Jurídica

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradorias-04-09-21>